

# Estados serão forçados a gerar superávit

■ Lei de Finanças, que será apresentada pelo governo com o ajuste fiscal, prevê corte em repasses aos que não apertarem o cinto

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA - A Lei das Finanças Públicas, base do programa de ajuste fiscal que o governo anunciará dia 20 próximo, deverá trazer uma forte razão para que os estados se enquadrem na política de austeridade: os governadores que saírem do esquadrão fiscal talhado pelo programa de ajuste poderão ficar sem direito ao repasse das verbas do Fundo de Participação, previstas na Constituição.

O acordo de reestruturação das dívidas estaduais por 30 anos, assinado pela maioria dos governadores, pressupõe que, cumpridas todas as exigências, os estados produziriam um superávit primário (receitas menos despesas, excluindo as decorrentes de juros) de até 1,5% do PIB em 1999. Esses mesmos acordos já consideram a retenção dos fundos de participação - que para a maioria dos estados mais pobres são a principal fonte de receita -, caso os governadores não paguem suas dívidas à União. Agora, essa vinculação poderia ser usada também para assegurar que os estados saiam da situação de déficit que estão neste ano para um superávit no próximo ano. A Lei das Finanças Públicas, que será proposta através de projeto de lei complementar, será o instrumento mais relevante para disciplinar os gastos dos governos (estaduais, municipais e federal), para que, juntos, produzam um superávit de 2,5% a 3% do PIB já em 1999.

**Votação** - O programa fiscal para o triênio 1999-2001 será anunciado dia 20. Hoje, o governo envia uma missão técnica a Washington para explicar as medidas ao Fundo Monetário Internacional (FMI), com o qual será assinado um acordo formal, provavelmente no mês que vem. Os textos dos projetos de lei complementar, medidas provisórias e outros atos legais, porém, só serão enviados ao Congresso após o segundo turno das eleições para governador, dia 25.

Além do aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF, o imposto sobre o cheque) de 0,2% para 0,30%, outras medidas estão em discussão para aumentar a receita tributária no ano que vem. Uma delas atinge diretamente as empresas e é considerada controversa pelos técnicos da Receita Federal: acabar com a possibilidade de dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda, dos juros que remuneram o capital próprio das pessoas jurídicas. A empresa deduz juros como despesa e paga 15% de IR na fonte. A dedução dos juros, medidos pela TJLP (taxa de longo prazo), é permitida desde janeiro de 1996. Apesar do assunto estar na pauta de discussão do pacote fiscal, técnicos da Receita consideram essa medida inócuia. Isso porque, ao pagar 15% na fonte, as empresas acabam gerando uma receita de R\$ 1,4 bilhão ao ano. Se o esquema for alterado e a dedução dos juros remuneratórios do capital próprio - que soma algo em torno de R\$ 8 bilhões ao ano - for eliminada, as empresas poderão transformar capital próprio em capital de empréstimo, através de artifícios contábeis, e a receita da tributação simplesmente desapareceria.

**Em estudo** - Outras medidas que estão sendo consideradas, do lado do aumento das receitas, para formar os R\$ 25 bilhões de esforço fiscal total para 1999 são:

ano que vem, o Executivo deverá re-colocar a proposta em pauta.

**Pessoa Física** - Para os que ganham acima de R\$ 1.800 por mês, existem duas alternativas: ou o governo prorroga até o ano de 2001 a vigência da alíquota máxima de 27,5% do Imposto de Renda da Pessoa Física, que venceria no final de 1999, ou aumenta a alíquota máxima para 30%.

**Antecipação** - Uma outra provisão que está sendo avaliada pelo governo refere-se à possibilidade de antecipar as receitas de todos os débitos fiscais já renegociados e com pagamentos parcelados. Para isso, técnicos estão avaliando a existência de um mercado secundário que possa negociar essas dívidas, comprando os "recebíveis" do governo com deságio.

**Esforço fiscal** - O aumento da receita tributária é uma parte do pacote fiscal que terá que gerar um superávit primário nas contas públicas de quase 3% do PIB já em 1999. Do esforço fiscal estimado em R\$ 25 bilhões, cerca de R\$ 15 bilhões devem ser apurados com cortes de gastos e outros R\$ 10 bilhões com aumento das receitas. Com isso, o governo criaria espaço para reduzir rapidamente as taxas de juros e, mantendo-as numa média de 20% em 1999, economizar mais R\$ 15 bilhões com encargos da dívida monetária decorrentes dos juros.

**Previdência** - Aumentar a alíquota de contribuição do funcionalismo público para a Previdência Social dos 11% atuais para algo próximo a 20%. Para reforçar o caixa da União, que é responsável pelos encargos previdenciários do setor público, o governo pretende retomar proposta para cobrar contribuição também dos servidores aposentados. Essa iniciativa já foi derrubada recentemente no Congresso Nacional, mas como será aberta uma nova legislatura no início do

Josemar Gonçalves/29-08-98



Pedro Parente retomará as negociações com o FMI em Washington